\*PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DA TENDÊNCIA CONSTRUINDO UM NOVO BRASIL PARA A REUNIÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES - 18 DE JULHO DE 2024\*

Passados 18 meses deste terceiro mandato do presidente Lula, o país passa por um processo de consolidação de políticas voltadas à reconstrução do país e recuperação de direitos e de soberania. Após o golpe de 2016 e sucessivos ataques do neoliberalismo e da extrema direita aos direitos da população, o Brasil retomou o caminho do desenvolvimento soberano, ao mesmo tempo em que se reposicionou no cenário da geopolítica global, hoje em grande ebulição e mudanças profundas.

Apoiamos enfaticamente a proposta apresentada pelo presidente Lula de buscar construir um movimento internacional de países e partidos do Campo Democrático para barrar os avanços do extremismo direitista mundo afora. Bem como a agenda de construção de consensos da nossa diplomacia, na direção de um mundo mais multipolar.

O cenário ainda se mostra desafiador para o campo progressista, ante a escalada da extrema direita no Brasil e no mundo. Cabe, contudo, destacar, no âmbito regional, os inestimáveis avanços promovidos pelo governo em prol da melhoria da qualidade de vida da nossa população, conquistas que começaram antes mesmo da posse de Lula, com a PEC da Transição, no fim de 2022.

De lá para cá, os resultados no campo social são mais do que palpáveis, em uma demonstração inequívoca dos acertos de Lula e da equipe econômica do ministro Fernando Haddad, que priorizou políticas sociais sem abdicar da responsabilidade com os gastos públicos:

* O salário mínimo subiu acima da inflação pelo segundo ano, o que já produziu o maior aumento da renda média per capita da história (11,5% em 2023). Do mesmo modo, 87,3% dos reajustes salariais negociados em maio ficaram acima da inflação;
* Após bater a casa dos dois dígitos em 2022, a inflação segue sob controle, dentro do teto do Banco Central (4,5%), na casa dos 4%. Em junho, o IPCA desacelerou para todas as faixas. Em 12 meses, o menor índice foi entre as famílias de baixa renda (3,66%);
* O país tem a menor taxa de desemprego em 10 anos (7,1%) e um recorde de pessoas empregadas: 101, 3 milhões. Não à toa, sete em cada dez trabalhadores hoje desejam uma vaga com carteira assinada, evidenciado a recuperação do mercado por Lula após a 'Era da Precarização' de Paulo Guedes;
* O tenebroso inverno de 'filas do osso’ em açougues de todo o país, formadas por 33 milhões de famintos gerados por Bolsonaro, tem sido, paulatinamente, deixado para trás. Em 18 meses, 24 milhões de brasileiros já foram resgatados quadros ultrajantes de insegurança alimentar;
* A população voltou inclusive a consumir mais carne. Nos últimos 12 meses, o preço da carne já caiu mais de 6,5%. Em 2024, o salário mínimo garante 800g de picanha a mais no prato do trabalhador do que no ano anterior;
* A Lei de Igualdade Salarial, de autoria do governo do presidente Lula, representa um passo importante na correção de uma injustiça histórica contra as mulheres brasileiras, que recebem salários 22% menor que os homens. Após um ano de sua aprovação e com apresentação dos primeiros Relatórios de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, a lei representa um forte avanço para o combate às desigualdades e o fortalecimento do tema nas negociações coletivas;
* Com inflação sob controle e renda e emprego em alta, a população se permitiu consumir itens antes negados por Guedes e Bolsonaro: nos últimos 12 meses, cresceu em quase 8% o consumo de produtos ligados à categoria “sabor e prazer”, como chocolates, doces e bebidas.
* Tivemos recordes de beneficiários do Bolsa Família (21 milhões de famílias em junho de 2024), recorde de profissionais do Mais Médicos (25.400 em 2023, mais do que o dobro do ano anterior);
* A merenda escolar registrou aumento de 39% em 2023, beneficiando alunos matriculados no ensino básico da rede pública, além de indígenas e quilombolas, crianças na pré-escola e em creches e estudantes em escolas de tempo integral. A escola em tempo integral, indispensável para a estratégia de desenvolvimento do país, terá investimentos de R$ 12 bilhões até 2026;
* Além disso, o governo garantiu a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até dois salários mínimos por mês (R$ 2.824) a partir de 2025, beneficiando 15 milhões de brasileiros.

Do ponto de vista da economia popular e do crescimento do PIB, o Brasil surpreende positivamente:

* O PIB segue em constante revisão para cima, atualmente com projeções que apontam um patamar de 2,5% de crescimento em 2024;
* Voltamos a figurar entre as 10 maiores economias do mundo, com o FMI projetando a oitava posição para o Brasil em 2024;
* Seguimos batendo recorde de exportações, com 165 novos mercados abertos para os produtos nacionais desde o início do mandato do presidente Lula;
* Com efeito, a despeito de uma inaceitável taxa de juros (10,5%), nossa produção industrial cresceu mais do que a média mundial. Em 12 meses, o país ascendeu 23 posições em um ranking de 116 países que mede a atividade e hoje ocupa o 45º lugar;
* O país abriu, entre janeiro e junho, 1,43 milhão de pequenos negócios;
* O Desenrola Brasil permitiu que cerca de 15 milhões de pessoas fossem beneficiadas com a negociação de R$ 53,2 bilhões em dívidas, reduzindo a inadimplência entre a população que mais precisa. Já o Desenrola Pequenos Negócios permitiu um volume financeiro renegociado de mais de R$ 2,1 bilhões até 30 de junho;
* A venda de eletrônicos, eletrodomésticos e portáteis bateu um recorde no 1º semestre de 2024, com um volume superior a 51,5 milhões de unidades comercializadas.

Todos esses dados comprovam a decisão acertada de Lula de recuperar, por meio de uma série de programas e ações, a dignidade do povo brasileiro, perdida após anos de desmonte da máquina pública, no projeto ultraneoliberal operado por Bolsonaro. Não é pouca coisa, dadas as condições políticas em que se deu nossa vitória eleitoral e a composição do Congresso Nacional.

A recente regulamentação da reforma tributária na Câmara, a despeito de correlações de forças majoritariamente desfavoráveis, também representa um grande passo para toda a sociedade na direção de um país mais justo e igualitário.

A nova cesta básica, que será composta de mais produtos vitais para as famílias de baixa renda, como as carnes, configura enorme conquista para o povo brasileiro. A conjuntura aponta, no entanto, que é necessário forçar mais a disputa no âmbito da agenda da reforma tributária.

O Partido dos Trabalhadores entende ser inadiável a reforma na tributação sobre a renda, construindo um novo sistema progressivo onde os super-ricos paguem mais e a população que ganha pouco deixe de ser penalizada por uma injusta carga tributária. A taxação sobre os mais ricos, assim como aplicações em offshores, ao lado das casas de apostas, são exemplos de medidas fundamentais para promover uma inédita e necessária justiça tributária no país.

Nesse sentido, acerta o governo em isentar quem ganha até dois salários mínimos, corrigindo uma distorção antiga e agravada pelo governo anterior. Mas é preciso seguir em frente para garantir a promessa de campanha do presidente Lula de isentar, até 2026, quem ganha até R$ 5 mil.

No momento em que o governo é pressionado pelo capital financeiro e a mídia corporativa para cortar gastos em cima dos mais pobres, é imperioso que o Partido dos Trabalhadores amplifique a firme defesa dos pisos constitucionais da saúde e da educação, recuperados após a superação do famigerado Teto de Gastos, e da vinculação do salário mínimo para pensões e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os benefícios, concedidos a idosos e deficientes de baixa renda, garantem recursos fundamentais ao funcionamento da economia popular.

A política de valorização do salário mínimo, e suas vinculações, é uma marca histórica dos governos do PT e deve ser defendida em todas as esferas do debate econômico nacional. O piso mínimo é um farol referencial para todo o mercado de trabalho.

Do mesmo modo, o país não pode abrir mão de discutir a desoneração da folha de pagamento, que perpetua um sistema que isenta, em bilhões de reais, setores poderosos do país, em detrimento da população mais vulnerável.

Assim como merece uma discussão profunda na sociedade a Medida Provisória nº 1227/2024 , chamada de MP do Fim do Mundo, que limita a compensação de créditos tributários e de créditos presumidos da contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Ao lado da extrema direita, o capital financeiro tem intensificado suas manobras para enfraquecer a agenda de defesa dos direitos sociais de Lula, especulando com falas do presidente junto ao mercado e colocando em dúvida a capacidade do governo de manter estável a relação dívida pública/PIB.

Nesse sentido, cabe ao partido manter a pressão por juros mais baixos até a saída do Banco Central do bolsonarista Roberto Campos Neto, que tem utilizado a autarquia como uma espécie de 'bunker para a sabotagem econômica' do país e plataforma de articulação político-partidária. Seja pelos relatórios eivados de suspeitas do Boletim Focus sobre as projeções da inflação no país, seja por entrevistas recheadas de "dicas" ao sistema financeiro, ou por convescotes com um político de oposição ao governo, Campos Neto tornou-se o maior entrave ao crescimento do país.

Recentemente, o presidente Lula obteve vitórias importantes ao denunciar os efeitos destrutivos dos juros sobre o poder de compra das famílias. Por causa das entrevistas do presidente para emissoras de rádio nas últimas semanas, mais e mais pessoas começam a entender como a taxa Selic interfere na organização das suas finanças pessoais. Basta notar que as pesquisas de opinião refletem tanto uma melhora da aprovação de Lula quanto do apoio da população às suas críticas à política de arrocho monetário executada por Campos Neto.

É dever do partido auxiliar e cobrar do governo maior engajamento nessa batalha, amplificando a comunicação em temas caros ao campo progressista na disputa política nas ruas e nas redes. Ao mesmo tempo, o governo também deve ampliar o alcance dos seus canais de interlocução com a sociedade, envolvendo todos os ministros na divulgação de ações estratégicas que precisam chegar à população. Não se pode apenas depender do presidente Lula. O governo precisa extrapolar os canais de comunicação institucional e informar à sociedade todas as suas políticas e ações, toda semana, seja por meios institucionais ou digitais.

Tendo em vista o profundo desmonte do Estado brasileiro na gestão de Bolsonaro, a integração de ações estruturantes de pastas estratégicas para o desenvolvimento soberano do país, no âmbito da gestão de nosso governo, deve ser intensificada na próximo período.

Um efeito muito positivo na percepção da sociedade sobre o trabalho do governo federal é o exemplo da crise ambiental no Rio Grande do Sul. Sem apostar na espetacularização da catástrofe ocorrida no final de abril, o governo agiu rapidamente, mobilizando todos os ministérios e recursos disponíveis para socorrer o estado e ajudar na sua reconstrução. A seriedade da atuação da gestão federal, que transferiu bilhões de reais para múltiplas ações de socorro imediato ao Sul, foi captada pela população de todo o país.

Esse resultado positivo - inclusive para o crescimento econômico - ocorreu em meio à frenética atuação da extrema direita nas redes, sempre disposta a lucrar politicamente com a tragédia do povo gaúcho, inventando toda sorte de fake news sobre as enchentes para enfraquecer o governo Lula.

As redes sociais não são um campo minado para as esquerdas, como ficou demonstrado nos episódios recentes do PL Antiaborto e a PEC das Praias. Em ambas as disputas, a esquerda envolveu a sociedade e saiu vitoriosa sobre a narrativa mentirosa da extrema direita. O que ficou demonstrado é que é possível fazer a disputa política e vencer, mesmo diante de uma estrutura criminosa que age à revelia das leis e com a o auxílio das Big Techs.

Por isso, o partido deve provocar com urgência o debate sobre a regulamentação dos grandes conglomerados digitais, que lucram bilhões de dólares com a desinformação e a disseminação de mensagens de grupos de extrema direita no Brasil e no mundo. Mais do que nunca é necessário que a sociedade cobre o Congresso por sua responsabilidade nessa discussão, que não pode ser submetida a caprichos ou disputas de poder dentro da Câmara ou do Senado. Sobretudo em tempos após o surgimento da inteligência artificial no planeta e cujos impactos sobre as sociedades ainda nem começaram a ser mensurados.

Diante dos efeitos das fake news no país, o enfrentamento à extrema direita deve perpassar todas as estratégias da disputa politica nas eleições municipais deste ano, inclusive em segmentos e temas espinhosos para o partido. É preciso incorporar o discurso de defesa da família, mostrar propostas sobre segurança pública, por exemplo, e ampliar o diálogo com os evangélicos.

O partido deve lutar para ampliar a sua base nos municípios e preparar o terreno para a disputa de 2026. Nesse sentido, a Conferência Eleitoral de 2023 fortaleceu estratégias importantes para a formação das candidaturas do PT no pleito deste ano. Cabe frisar a prioridade nossa em fortalecer candidaturas nas capitais e cidades com mais de cem mil eleitores, com o GTE dialogando com a Federação Brasil da Esperança na construção de candidaturas vitoriosas da legenda e de aliados nas capitais e principais cidades do país.

Para isso, o PT investiu na realização de seminários, como o de Finanças, cursos de formação, e na área de comunicação, sobretudo digital. Por meio do fortalecimento de suas ferramentas de comunicação, a Casa 13 foi reestruturada. As cartilhas elaboradas pela Fundação Perseu Abramo (FPA), com contribuições aos programas de governo municipais dos candidatos do partido, também tem sido essenciais para a disputa política.

Todos esses instrumentos serão fundamentais para barrar o bolsonarismo e o discurso de ódio e desinformação da extrema direita em outubro, ao lado de um participação mais efetiva das lideranças e ministros do partido, bem como do presidente Lula, em uma agenda nacional de eventos municipais.

Com os desdobramentos dos escândalos envolvendo Bolsonaro e sua família, como o desvio das joias e a atuação da Abin paralela do extremista de direita, o bolsonarismo está sem discurso. A pauta de costumes é utilizada pelos extremistas porque eles não têm projeto de desenvolvimento para o país, não sabem debater o papel do Estado no crescimento da economia, muito menos como modernizar a indústria e gerar empregos.

As recentes derrotas do extremismo de direita no Reino Unido e na França, assim como no México, trazem lições valiosas ao campo progressista latino-americano: o enfrentamento político, amparado por uma ampla articulação em defesa da democracia, deve ser o único caminho para libertação das minorias.

É dever do Partido dos Trabalhadores fazer este enfrentamento, sempre mantendo seus canais de interlocução com a militância para ampliar nossa base de organização popular, por meio da defesa de políticas públicas essenciais à cidadania e da economia popular. Só assim será possível construir os alicerces de um novo Brasil, livre do veneno da financeirização.

VIVA O POVO BRASILEIRO! VIVA O PARTIDO DOS TRABALHADORES!